Um ministério para o novo mundo do trabalho



» MILTON COELHO
Ex-secretário do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP)

O mundo do trabalho está passando por profundas transformações. As mudanças tecnológicas, as novas formas de ocupação, a expansão do trabalho autônomo e o crescimento dos pequenos negócios exigem do Estado brasileiro uma capacidade renovada de formular e executar políticas públicas. Nossa estrutura administrativa precisa acompanhar essas transformações.

É nesses termos que proponho um debate sobre a criação do Ministério do Trabalho, Emprego, Empreendedorismo e Inclusão Produtiva, mediante a fusão e o redesenho institucional do Ministério do Trabalho e Emprego com o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Não se trata de simplesmente reunir dois órgãos ou reduzir estruturas administrativas. A proposta é construir uma nova institucionalidade, capaz de integrar políticas que hoje, embora relacionadas, são formuladas e executadas de maneira fragmentada.

O trabalhador assalariado, o autônomo, o microempreendedor individual e o pequeno empresário participam de uma mesma realidade econômica, embora possuam condições e direitos distintos. Uma pessoa pode, ao longo da vida, transitar entre o emprego formal, o trabalho por conta própria e a atividade empresarial. Entretanto, as políticas públicas nem sempre acompanham essas trajetórias.

A Constituição Federal oferece fundamentos para essa integração. O artigo 1º estabelece os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República. O artigo 170 reafirma a valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, orientando a ordem econômica para assegurar existência digna e justiça social. Também determina tratamento favorecido às empresas de pequeno porte.

Portanto, trabalho e empreendedorismo não devem ser tratados como agendas antagônicas. São dimensões distintas, mas complementares, de uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social.

A reestruturação sugerida permitiria reorganizar competências em secretarias especializadas, preservando a fiscalização trabalhista, as relações de trabalho, a política de emprego e qualificação, o microempreendedorismo, as micro e pequenas empresas, a economia solidária e o artesanato.

A inovação fundamental, entretanto, estaria em elevar a inclusão socioprodutiva à condição de eixo estratégico de todo o ministério. Deixaria de ser atribuição isolada de uma secretaria para orientar o planejamento, o orçamento e a execução das políticas ministeriais.

Essa concepção reconhece que inclusão produtiva não significa apenas oferecer capacitação ou estimular a abertura de empresas. Significa criar condições efetivas para que milhões de brasileiros tenham acesso ao trabalho digno, à renda, à proteção social, ao crédito, à assistência técnica e aos mercados.

O redesenho também permitiria integrar os instrumentos de execução. O Sistema Nacional de Emprego, os programas de qualificação profissional, as políticas de microcrédito, a educação empreendedora e o apoio aos pequenos negócios poderiam operar de forma articulada, respeitadas suas competências legais.

Outro avanço seria fortalecer a atuação territorial do governo federal, ampliando a capacidade das atuais Superintendências Regionais do Trabalho para articular políticas de emprego, empreendedorismo e inclusão produtiva, em cooperação com estados, municípios, institutos federais e Sebrae.

É indispensável assegurar que essa reorganização preserve a autonomia técnica da inspeção do trabalho, os direitos trabalhistas e o tratamento constitucional favorecido aos pequenos negócios. Integrar políticas não significa confundir suas finalidades ou enfraquecer suas garantias.

A reforma exigiria estudos de impacto administrativo e orçamentário, além de instrumentos legais adequados. Sua justificativa não deve repousar numa economia presumida de recursos, mas na possibilidade de melhorar a coordenação, reduzir sobreposições e ampliar a efetividade da ação governamental.

O Brasil precisa superar a visão fragmentada que separa artificialmente políticas destinadas a pessoas que participam de um mesmo universo produtivo. O desafio não é apenas gerar mais empregos ou formalizar mais empresas. É construir oportunidades sustentáveis de trabalho, renda e desenvolvimento, com direitos e proteção social.

A reestruturação ministerial, concebida sobre esses fundamentos, poderá representar um passo importante na modernização do Estado brasileiro, colocando o trabalho, o empreendedorismo e a inclusão socioprodutiva no centro de uma estratégia integrada de desenvolvimento nacional.



Uma nota sobre a proposta de André Lara Resende



» BENITO SALOMÃO
Professor de macroeconomia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia

Recentemente, o economista André Lara Resende publicou um texto intitulado "Eu acuso: uma proposta para eliminar os juros absurdos". O artigo é bom e bem menos polêmico do que a reação a ele possa indicar. Essa oportuna contribuição desobstrui um debate necessário, referente ao nível da taxa de juros no Brasil.

O Brasil estabilizou sua inflação em 1994, mediante a uma âncora cambial combinada com política monetária flexível. Isso permitiu que a queda na inflação tivesse se dado sem choques recessivos. Cinco anos depois, em 1999, adotou o Regime de Metas para a Inflação (RMI), inspirado no Novo-Keynesianismo, o que significou um grande avanço ao preservar a inflação estável nestes 30 anos.

A estabilidade inflacionária, no entanto, se deu à custa de taxas de juros demasiadamente altas, de forma que, em 2021, foi aprovada a independência do Banco Central. Essa consiste na delegação da política monetária para uma autoridade com mandato para conduzir a política para objetivos previstos em lei. Já se passaram 27 anos desde o RMI e cinco anos desde a independência do BC. A pergunta é: por que, mesmo diante da adoção de instituições amplamente reconhecidas como melhores práticas no campo monetário, o Brasil segue tendo juros tão mais altos do que outros países?

A taxa de juros assumiu uma posição de protagonista no debate quando, mesmo diante de redução significativa do deficit primário entre 2023 e 26, viu-se uma expansão no endividamento público de 10 pontos percentuais do PIB. Nesse contexto, o artigo de Resende surge com um diagnóstico requintado.

Primeiramente, sua acusação se dirige à forma que o BC faz política monetária, elevando juros visando aumentar o desemprego e, com isso, achatar salários e preços. O autor se vale de trabalhos recentes da literatura internacional apontando que o clássico trade off entre inflação e desemprego desapareceu e que, na prática, a Curva de Phillips tem se tornado flat (horizontal). Se essa evidência for robusta e ampla o suficiente para um conjunto de países, podemos estar diante de mudanças significativas na forma como os BCs farão política monetária no futuro.

Um segundo ponto é que, se a Curva de Phillips é flat, a inflação não é causada pelo hiato do emprego apontado em modelos Novo-Keynesianos. O autor se vale da Teoria Fiscal do Nível de Preços de Cochrane (2023) para sustentar sua tese da inflação. Segundo essa abordagem, se agentes econômicos preveem que a evolução da dívida pública para um horizonte relevante de tempo é maior do que os resultados primários esperados para estabilizá-la, ambos trazidos a valor presente, eles tendem a antecipar que a dívida será monetizada e a inflação sairá de controle. Se isso for verdade, a taxa de juros que onera a dívida pública, em vez de corrigir a inflação, pode alimentá-la.

Feito o diagnóstico, para entender a proposta é preciso se afastar da conjuntura, pois ela consiste em um regime de longo prazo de coordenação entre as políticas monetária e fiscal, arquitetada para juros mais baixos e estáveis. O autor defende um Conselho Fiscal Monetário Nacional (CFMN) que estabeleça metas conjuntas para a inflação, resultado primário e taxa de juros. O limite inferior da meta de juros seria entre a própria meta de inflação, atualmente em 3%, e o limite superior seria a meta de inflação acrescida do PIB potencial, estimado algo em torno de 5,5%. O BC acomodaria choques movendo a Selic dentro desse intervalo definido pelo CFMN.

As metas fiscais seriam pautadas via controle rígido sobre a despesa obrigatória e formação de superavits primários. As despesas com investimentos, pelo seu elevado efeito multiplicador, ficariam de fora desses limites. A concepção é que, se os investimentos públicos têm efeitos multiplicadores elevados, seu impacto sobre o crescimento pode diminuir a relação dívida/PIB via estímulos ao denominador, ficando fora do controle rígido da regra fiscal.

Quanto à viabilidade, entendo que a proposta pode funcionar sob certas condições iniciais implícitas: 1) Inflação no centro da meta e expectativas de inflação ancoradas. Está implícito que o regime fiscal-monetário não rompe com o RMI, mas, sim, o aprimora, construindo um regime onde tanto a inflação, quanto os juros sejam baixos e estáveis. 2) O regime deve repousar em um ambiente de harmonia e estabilidade político-institucional. 3) O regime fiscal deve ser superavitário e crível. Como dito, a proposta é de um regime de coordenação entre as políticas fiscal-monetária. Para tanto, é condição sine qua non que o lado fiscal possa contribuir com a queda sustentada dos juros.

Se o país conseguir fazer uma transição para a inflação no centro da meta, por um período longo o suficiente para produzir ancoramento de expectativas, somado a isso superavits primários de 2% do PIB, o regime fiscal-monetário de Resende tem alta probabilidade de melhorar a performance da política monetária no Brasil.

Brasília merece mais. E nosso compromisso continua



» LEANDRO GRASS
Professor, sociólogo e mestre em sustentabilidade. Foi deputado distrital, presidente nacional do Iphan e candidato ao governo do DF em 2022 e 2026

Há momentos na vida pública em que agradecer vem antes de qualquer análise. Quero começar agradecendo, de coração, aos 739.130 cidadãos e cidadãs do DF que confiaram em mim no segundo turno. Cada voto carrega uma esperança, uma expectativa e também uma cobrança. E essa responsabilidade não termina com a apuração das urnas.

Agradeço a quem caminhou conosco, abriu a porta de casa, parou para conversar na feira, na rua, na rodoviária e compartilhou suas dificuldades e sonhos. Foi uma campanha feita com trabalho, diálogo e disposição para ouvir. Saio dela ainda mais convencido de que o Distrito Federal sabe muito bem do que precisa. O que falta é que as necessidades da população se tornem, de fato, prioridade de governo.

Respeito o resultado das urnas. A democracia é feita de vitórias e derrotas, e quem venceu tem legitimidade para governar. Desejo, sinceramente, que a governadora Celina Leão acerte, porque, quando o governo erra, quem paga a conta é a população. Mas desejar que acerte não significa silenciar diante dos problemas. Significa acompanhar de perto, fiscalizar e cobrar resultados.

Durante a campanha, percorri as regiões do DF e ouvi relatos que nem sempre aparecem nas estatísticas. Uma das queixas mais frequentes não era apenas a falta de uma obra pública. Era a sensação de que o serviço público chega tarde, funciona mal ou simplesmente não chega. Isso aparece na espera por consultas, exames e cirurgias, nas horas perdidas no transporte, na demora para regularizar moradias e na falta de oportunidades para quem está começando a vida profissional.

Esses problemas não são novos, mas poderiam ser evitados. São consequência de escolhas políticas, orçamentárias e de gestão. E as escolhas podem ser revistas. A isso se soma uma preocupante crise de confiança nas instituições públicas. O caso envolvendo o BRB e o Banco Master, ainda sob investigação, exige esclarecimentos, transparência e rigor na apuração de responsabilidades. Um banco público estratégico para o desenvolvimento do DF não pode ter seu futuro comprometido por decisões tomadas sem o devido controle e sem prestação de contas à sociedade.

Apesar de tantos desafios, continuo acreditando que Brasília pode ser um exemplo para o Brasil. Temos universidades, instituições e empresas de excelência, servidores qualificados, uma juventude criativa, uma cultura viva em nossas comunidades e enorme potencial para ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento sustentável.

Somos patrimônio cultural da humanidade e símbolo de um país que ousou planejar seu futuro. Esse potencial continua presente, mas precisa ser colocado a serviço de toda a população.

Para que o DF seja uma referência nacional, precisamos recuperar a credibilidade da gestão pública. Promessas devem se transformar em compromissos verificáveis, com metas, prazos e recursos definidos. Precisamos de transparência sobre filas da saúde, contratos, obras e gastos públicos. De competência técnica, em vez de indicações orientadas apenas por conveniências pessoais. De planejamento que ultrapasse os limites de um mandato e considere a realidade metropolitana de Brasília, integrada às cidades do Entorno.

A participação social também é indispensável. Uma cidade não se governa apenas de dentro dos gabinetes. Quem vive os problemas precisa participar das decisões, do planejamento à avaliação das políticas públicas. A democracia não se esgota no voto.

É nesse espírito que me sinto na obrigação de fiscalizar e cobrar. Faço isso em nome de cada pessoa que votou em mim, mas também de quem fez outra escolha e enfrenta as mesmas dificuldades. Não farei oposição ao Distrito Federal. Farei oposição ao que estiver errado, com independência para criticar e responsabilidade para reconhecer o que estiver certo.

Vou acompanhar os compromissos assumidos por Celina e voltar aos lugares que visitamos para verificar o que mudou. Quero reunir especialistas, movimentos sociais, servidores e moradores para construir alternativas concretas. Porque não basta denunciar problemas. É preciso apresentar soluções e mostrar que existem outros caminhos para Brasília.

Sou professor e aprendi que as mudanças mais importantes não acontecem de uma hora para outra, nem dependem de uma única pessoa. Exigem persistência, diálogo e trabalho coletivo. Aos que confiaram em mim, reafirmo minha gratidão e minha responsabilidade. Aos que fizeram outra escolha, meu respeito. Brasília é nossa casa comum, e seu futuro precisa ser construído com todos. Seguirei presente, ouvindo, propondo e cobrando, porque esta cidade merece mais.

A eleição terminou. O compromisso com Brasília, não.